

(X) Graduação () Pós-Graduação

DIAGNÓSTICO DA VILA RURAL DE CAMPO MOURÃO

Gustavo Henrique Oliveira de Almeida
UNESPAR campus de Campo Mourão
guto.99.oliveira@gmail.com

Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling
UNESPAR campus de Campo Mourão
isielli.tierling@unespar.edu.br

Jorge Leandro Delconte Ferreira
Unespar campus de Campo Mourão
jorge.ferreira@unespar.edu.br

RESUMO

O presente estudo retrata a estrutura e atividades desenvolvidas na Vilas Rurais, implantado pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR no ano de 1995, tendo como objeto de estudo a Vila Rural Flor do Campo situada no município de Campo Mourão, Paraná. A pesquisa teve como objetivo central mapear a estrutura e atividades desenvolvidas na vila rural Flor do Campo, através de um levantamento das características estruturais e operacionais, além de problemas comunitários e dificuldades enfrentadas na condução/manutenção das propriedades. A metodologia utilizada constituiu-se da aplicação de questionário estruturado sobre uma amostra não probabilística por acessibilidade às famílias que residem na vila. Os resultados apresentam uma pluriatividade dos vileiros, que desempenham funções fora da vila rural e que também comercializam produtos e serviços provenientes da propriedade para auferir renda. Identificou-se, ainda, a falta de suporte de profissionais agrônomos e veterinários e dificuldades no acesso de sistemas de irrigação, frente ao uso de água apenas para as necessidades básicas dos moradores com o abastecimento por poço artesiano. As conclusões apontaram a necessidade de direcionamento de recursos e execução de políticas públicas direcionadas à situação da vila rural, de modo a garantir sanidade básica e promover maior desenvolvimento local e, conseqüentemente, regional.

Palavras-chave: Vila Rural; Desenvolvimento socioeconômico; Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o contexto do programa habitacional em área rural denominado Vila Rural, que se iniciou no governo de Jaime Lerner nos anos de 1995 a 2002 no Estado do Paraná. Em um momento político que buscava por alternativas na reforma agrária debatida em âmbito federal, foi outorgado o assentamento de famílias de trabalhadores rurais em cerca de 405 loteamentos rurais em todo o estado. Sua origem partiu do acordo de Empréstimo 4060-BR firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o governo do Estado, estabelecendo assim o Projeto de Alívio à Pobreza no Meio Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais - Paraná 12 Meses.

Este projeto foi implantado com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da população rural e através desse programa buscou-se melhorar as condições de vida das famílias de trabalhadores rurais temporários por meio de moradia de 44 m² (quarenta e quatro metros quadrados) em área agricultável de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), possibilitando um complemento da renda familiar ou aplicação da agricultura de subsistência na produção em meio rural, sendo uma tentativa de reduzir os problemas sociais causados pela falta de moradia dos boias-frias¹ com a intensificação dos centros urbanos. Nesse sentido, corresponde a uma alternativa para tais adversidades urbanas, visto que prover as cidades de infraestrutura para atender a demanda de habitantes ocasionam custos econômicos maiores do que no meio rural.

A avaliação inicialmente proposta foi realizar diversas ações visando o aumento da renda do produtor, a recuperação e recomposição dos recursos naturais, a promoção da modernização e diversificação da produção agrícola no cenário agrário paranaense. As transformações ocorridas no meio rural (e também urbano) nos últimos anos trouxe consigo diversos novos caminhos e cenários. Considerando estas transformações e a necessidade de verificar o atual contexto local e das famílias das vilas rurais, as questões que se pretendem investigar neste estudo são: quais as características locais, estruturais e das atividades desenvolvidas na vila rural da microrregião de Campo Mourão?

Assim sendo, o principal objetivo foi mapear a estrutura e atividades desenvolvidas na Vila Rural, através de um levantamento das características estruturais da vila rural (onde estão quantas pessoas nelas residem, quantas famílias a integram, infraestrutura de cada propriedade, dentre outras), e de um levantamento das características operacionais das vilas

¹ Boias-frias ou volantes são trabalhadores rurais temporários.

rurais (quais atividades nelas são desenvolvidas, quais organizações – associações, cooperativas, etc – são formadas a partir das vilas rurais, com quais instituições possuem vínculo, dentre outras), além de problemas comunitários e dificuldades enfrentadas na condução/manutenção da propriedade e da vila rural.

Justifica-se o desenvolvimento deste estudo a partir da necessidade de verificação do atual contexto local e das famílias das vilas rurais, uma vez que sua implantação perpassa duas décadas. Desde a implantação das vilas rurais, diversos estudos científicos foram realizados, com análises e reflexões sob aspectos sociais, econômicos, geográficos, dentre outros (IPARDES, 2000; BANA, 2001; ANDRADE, 2005; ESSER et al, 2006). Observa-se, no entanto, que tais estudos datam a primeira década pós-implantação das vilas rurais e, nos anos mais recentes, há um “desaparecimento” de estudos específicos à estas comunidades. Menciona-se ainda o fato de o último estudo detalhado promovido pelo Governo do Estado do Paraná, datar o ano de 2005, cujo conteúdo refere-se ao relatório final do projeto após implantação das vilas rurais no estado (IPARDES, 2005).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PROGRAMA VILAS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ

O Programa Vilas Rurais é uma política pública criada no ano de 1995 pelo governo do Estado do Paraná, cuja finalidade era proporcionar ao trabalhador rural volante (boia-fria) o retorno ao campo. Através deste programa, as famílias beneficiárias receberam um lote de terras com área total de 5.000 m², contendo uma casa de alvenaria de 44,56 m². As áreas destinadas ao programa foram implementadas com infraestrutura completa, com água encanada, energia elétrica, sistema sanitário e um barracão comunitário.

Pela implantação do programa, dentre os 399 municípios do estado, 265 municípios foram contemplados, totalizando 412 vilas rurais. No total, cerca de 80 mil pessoas foram alocadas às vilas do estado, cujos representantes das famílias, em sua maioria, eram trabalhadores rurais volantes.

Quando da implantação das vilas rurais, Bana (2001) aponta que foram “implantadas próximas a distritos rurais, aproveitando uma infraestrutura já existente, como escola, posto de saúde, comércio, etc”, de modo a oportunizar a utilização de recursos já existentes nas proximidades, não sendo necessária a realização de novos investimentos em infraestrutura nos

municípios, e possibilitando o acesso das famílias aos centros urbanos e à mão-de-obra agrícola e não agrícola já existente nos locais.

A implantação do programa Vilas Rurais do Estado do Paraná foi viabilizada através de parceria firmada entre as prefeituras municipais e outros 12 órgãos estaduais, os quais incluem: CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná), COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), COPEL (Companhia Paranaense de Energia), IAP (Instituto Ambiental do Paraná), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento), SECR (Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família), SEED (Secretaria de Estado de Educação), SERT (Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho), SESA (Secretaria de Estado da Saúde), SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental).

Para tornar-se beneficiário do programa, é necessário que as famílias atendam alguns requisitos, dos quais, possuir idade máxima de 55 anos, possuir família constituída com filhos, morar em sub-habitação, ser trabalhador rural volante (boia-fria), com atividade remunerada em caráter temporário nas áreas rurais, possuir renda familiar de até 3 salários mínimos por mês, ter experiência agropecuária, ser morador do município, no mínimo, há 2 anos, não possuir imóvel próprio.

A avaliação de impacto socioeconômico da atividade das vilas rurais, realizada pelo IPARDES (2000), constatou que 83,7% das famílias implantadas nas vilas rurais no Estado do Paraná ainda encontravam-se em situação de pobreza, sendo que destas, 41,5% estavam em um nível de extrema pobreza e 42,2% em uma escala de pobreza; ao passo que 10% se encontravam em condições um pouco mais favoráveis e apenas 2,2% de moradores apresentavam uma melhora no nível de vida.

Especificamente ao analisar o uso e exploração da terra, o relatório final da implantação das vilas rurais no estado do Paraná ressaltou que as atividades de produção dos lotes representaram importante meio de subsistência para as famílias, tanto para atender às necessidades mais imediatas, por meio da garantia dos alimentos produzidos, como para a busca de renda com a comercialização do excedente da produção. Todavia, ainda nos primeiros anos já foi possível identificar que comumente as famílias recorreram a outros meios (que não a exploração da terra) para complemento da renda das famílias (IPARDES, 2005).

2.2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE VILAS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ

A implantação das vilas rurais no estado do Paraná passou por diversas investigações científicas, tendo sido evidenciado sua contribuição para a melhoria das condições das famílias (BANA, 2001; ASARI, PONTE, 2001; ANDRADE, 2005, ZAFALON, 2013). Guilherme (2021) destaca que os principais pontos positivos advindos da implantação das vilas rurais é em relação à alimentação, renda e qualidade de vida das famílias. Isso deve-se ao fato de que as famílias têm a disposição a possibilidade de plantio de frutas, verduras, legumes e a criação de animais de corte, o que garante a complementação alimentar, possuem ainda a possibilidade de venda dos seus produtos e excedentes, o que gera renda, aliado à tranquilidade pela fixação de moradia e garantia de alimentos e renda, o que gera qualidade de vida.

Apesar disso, Asari e Ponte (2001) apontam que o Programa Vila Rural tende a amenizar a pobreza mas possui muitas fragilidades, principalmente pelo fato de que as famílias continuam a possuir poucas opções de trabalho, falta ou ausência de condições econômicas advindas de incentivos externos e falta ou ausência de condições físicas advindas da estrutura das propriedades. Os estudos de Zafalon (2013), Andrade e Serra (2021), Guilherme (2021) e Silva (2022) demonstram que, passados mais de duas décadas desde a implantação das vilas rurais, essas fragilidades ainda existem e estão muito mais atenuadas se comparadas com as fragilidades em anos anteriores.

Andrade e Serra (2021) destacam a necessidade de criação de ações políticas voltadas para a inclusão econômica, social e cultura dos trabalhadores das vilas rurais e suas respectivas famílias, de modo a promover o desenvolvimento das vilas que atualmente encontram-se em estado de abandono. Os autores evidenciam a necessidade de incentivo à produção associativa, de modo a contribuir com o aumento da produção e da renda *per capita* da população, o que contribuiria também para a melhoria da qualidade de vida e emprego.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo qualifica-se como pesquisa descritiva, cujo objetivo é identificar e sistematizar as características estruturais e operacionais presentes na vila rural de Campo Mourão. Gil (2002, p. 42) define que “a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a

descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Em vista da abordagem do problema, este estudo é essencialmente qualitativo, considerando que a coleta de dados foi realizada através de questionário estruturado com descrições sobre as características dos que lá residem.

Conforme Oliveira (2010), as principais técnicas de pesquisa e coleta de dados são: observação; entrevistas; discussão em grupo; questionário e formulário. Nesse sentido, os procedimentos para coleta de dados foram entrevistas ou aplicação de questionário nas propriedades da vila rural denominada “Flor do Campo”, localizada a uma distância de 5 km da área central do município de Campo Mourão. Dada a necessidade de adaptação da coleta de dados para formatos remotos (não presenciais), procedeu-se o contato com os vileiros através de ligação telefônica. As entrevistas foram por telefone e, quando o respondente julgou capaz de participar da pesquisa de forma online, a coleta de dados se deu através de questionário.

O universo de pesquisa foi então os moradores da vila rural Flor do Campo, que totalizam 49 propriedades e cerca de 300 pessoas. A amostra foi selecionada pelo critério não probabilístico por acessibilidade, compreendendo 9 respondentes de propriedades distintas e representando um total de 36 pessoas residentes na Vila Rural Flor do Campo. Assim, a amostra final compreendeu 18% do total das propriedades e cerca de 12% do total de moradores (IPARDES, 2005).

O roteiro de entrevista/questionário (Apêndice I) foi elaborado com o foco na busca de informações que possibilitassem compreender quais são as características atuais das propriedades e dos moradores da vila rural. As questões abrangiam as características gerais das famílias, características gerais das propriedades, condições de moradia e permanência no campo, atividades desenvolvidas, problemas comunitários e dificuldades enfrentadas.

Os dados obtidos foram compilados em planilha eletrônica, analisados e apresentados com auxílio de gráficos e tabelas, de forma descritiva. A sessão seguinte dispõe de todas as análises e achados científicos deste estudo.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O Programa Vila Rural é constituído de 405 assentamentos, com 15.609 lotes distribuídos por todo o Estado do Paraná (ANDRADE, 2005). Para esta pesquisa foi selecionado a Vila Rural Flor do Campo, localizada no perímetro suburbano do município de

Campo Mourão. A Vila encontra-se com uma área total de 348.000 m², e aproximadamente 52 lotes no total, sendo 49 destinados à habitação, que foram sorteados no final de 1997 pela COHAPAR e que teve sua ocupação em março de 1998. Inicialmente, a vila rural de Campo Mourão era denominada Vila Rural Pedro Kloster Junior (Imagem 1).

Figura 1: Vila Rural Flor do Campo, microrregião geográfica de Campo Mourão

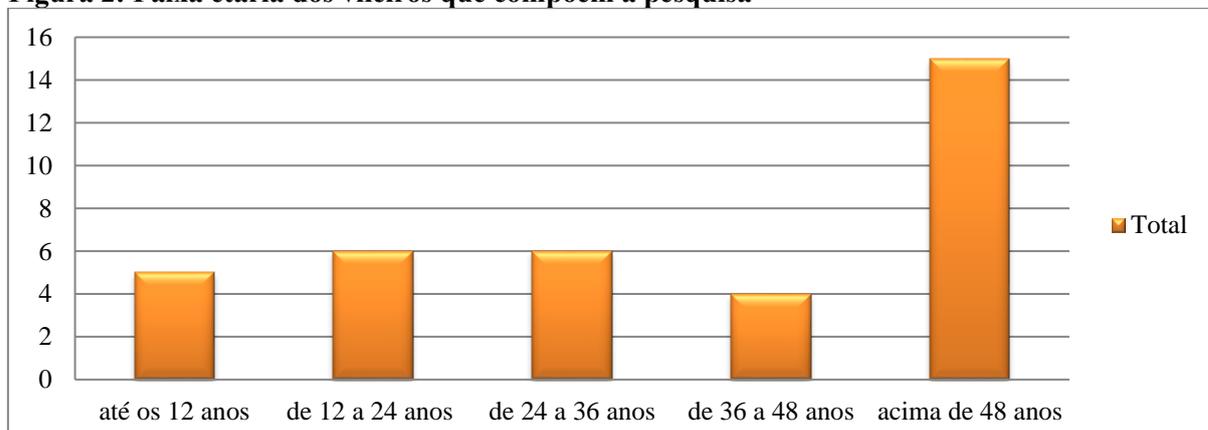


Fonte: Google Earth (2013).

4.1 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA VILA RURAL FLOR DO CAMPO

Segundo aponta a vice-presidente da associação de moradores, nos 49 lotes que compõem a vila, existem cerca de 90 famílias e estima-se que atualmente vivem aproximadamente 300 pessoas. Neste estudo houve a participação de 9 famílias, sendo que os pesquisados, que representavam suas famílias, se encontravam na faixa etária de 40 a 60 anos, sendo 1 do gênero masculino e 8 do gênero feminino. A partir das unidades familiares entrevistadas, constatou-se o total de 36 pessoas, com predominância de idade superior a 48 anos, conforme a Figura 2.

Figura 2: Faixa etária dos vileiros que compõem a pesquisa

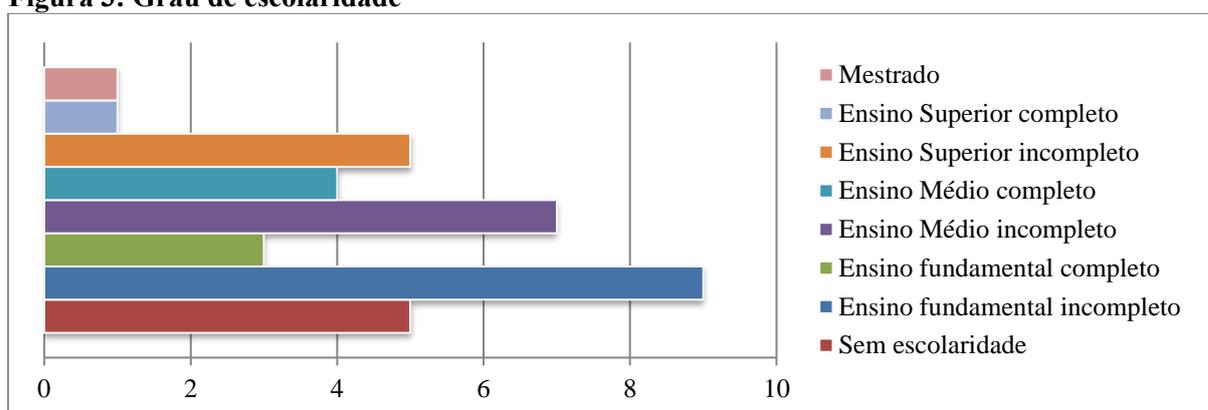


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A maioria das pessoas entrevistadas pertencia ao gênero feminino, sendo este um aspecto devido à disponibilidade das mulheres que residem na Vila Rural Flor do Campo e também ao maior interesse que elas demonstraram frente à pesquisa realizada.

De acordo com os resultados da pesquisa (Figura 3), constatou-se que, em sua maioria, a população que reside na vila rural possui o nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto, sendo este um aspecto que interfere em aspectos sociais e econômicos, como na oportunidade de acesso ao mundo do trabalho e na qualidade de vida da família.

Figura 3: Grau de escolaridade

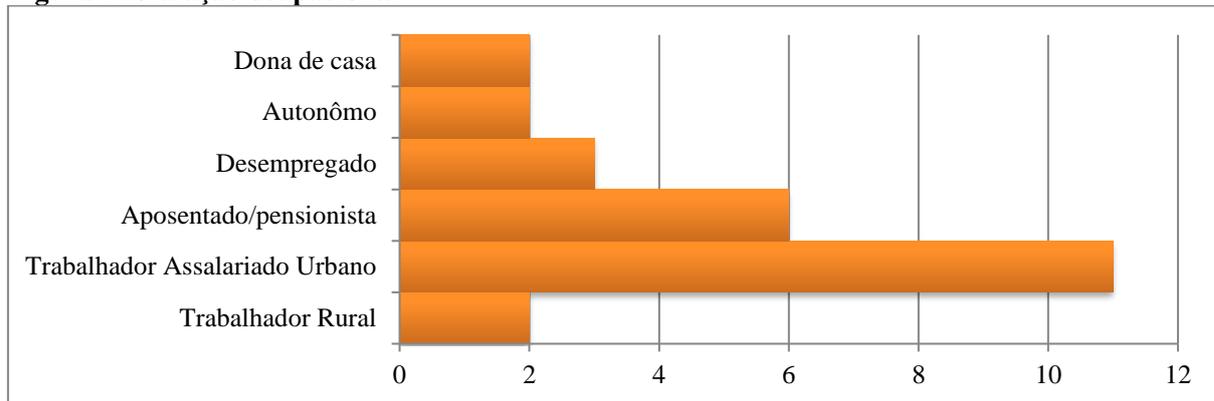


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Além de 9 moradores (26%) que fizeram parte da pesquisa terem o ensino fundamental incompleto, observa-se um número alto (7) de moradores (20%) com ensino médio incompleto e 5 (14%) não possuírem escolaridade. Quanto aos outros 40% restantes, correspondem aos outros níveis de escolaridade (ensino médio e superior completo e ensino superior incompleto). Tal condição que interfere direta e indiretamente nas relações de trabalho entre os moradores da Vila.

Ao analisar a condição de trabalho dos participantes deste estudo, ficou evidente que 11 são trabalhadores assalariados urbanos (atividade não agrícola no meio rural, empregada doméstica, prestador de serviços, auxiliar, funcionário público), e com isso, possui a necessidade de locomoção até diversas áreas urbanas de Campo Mourão (Figura 4). Além de 2 trabalhadores rurais que desenvolve atividades no campo e próximas da vila rural e 2 que exercem atividade autônoma de trabalho. Logo, verifica-se, em sua maioria, que a renda familiar auferida pelos moradores da vila é proveniente de atividades desenvolvidas fora da vila.

Figura 4: Situação ocupacional

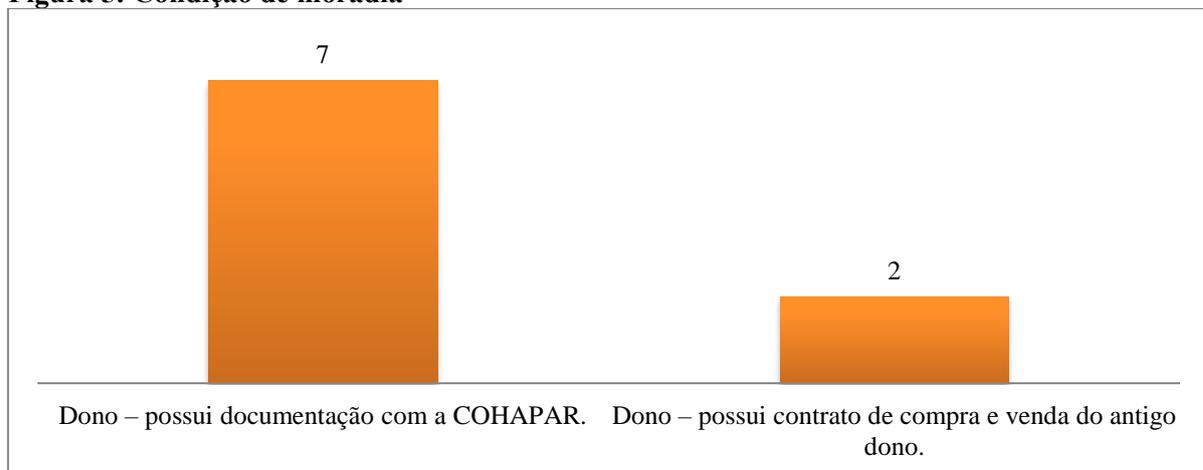


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nesse sentido, observa-se uma pluriatividade dos moradores da Vila nas mais diversas áreas de concentração de renda e de trabalho, visto que a produção do lote é insuficiente para a total subsistência no consumo, sendo a busca de trabalho externo uma medida essencial dos moradores.

Os dados levantados também apontam que alguns dos requisitos inicialmente exigidos do Programa não são necessariamente cumpridos, como ser trabalhador rural volante (boia-fria) e exercer atividade remunerada em caráter temporário nas áreas rurais. Em vista disso, uma das explicações para tal é a troca de moradores das casas, que é realizada de maneira irregular, onde o morador antigo vende o direito daquela propriedade. A Figura 5 mostra que existem moradores que não possuem relação direta com o mutuário do lote, conforme apresentado na relação de mutuários pela COHAPAR.

Figura 5: Condição de moradia



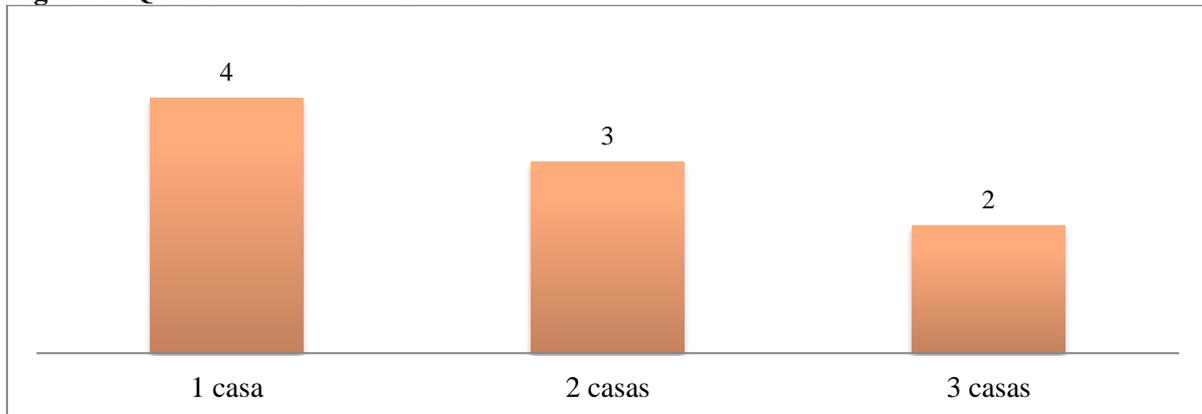
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em vista disso, constatam-se alguns lotes colocados em venda, como também em

condições de aluguel na vila. Em geral, cada casa na vila rural encontra-se em situações distintas, sendo que a maioria passou por reformas incluindo ampliações e acabamento de pintura.

Nesse contexto, constata-se uma variabilidade na quantidade de casas por lote, sendo de uma a três, com predominância a apenas uma casa por habitação (Figura 6). Nota-se também algumas modificações classificadas como de manutenção e reforma, sem que haja alteração das áreas originais e construção de ambientes anexos. Essas modificações foram observadas por meio do questionário, onde constatou que grande parte dos moradores realizou alguma benfeitoria no lote.

Figura 6: Quantidade de casas no lote

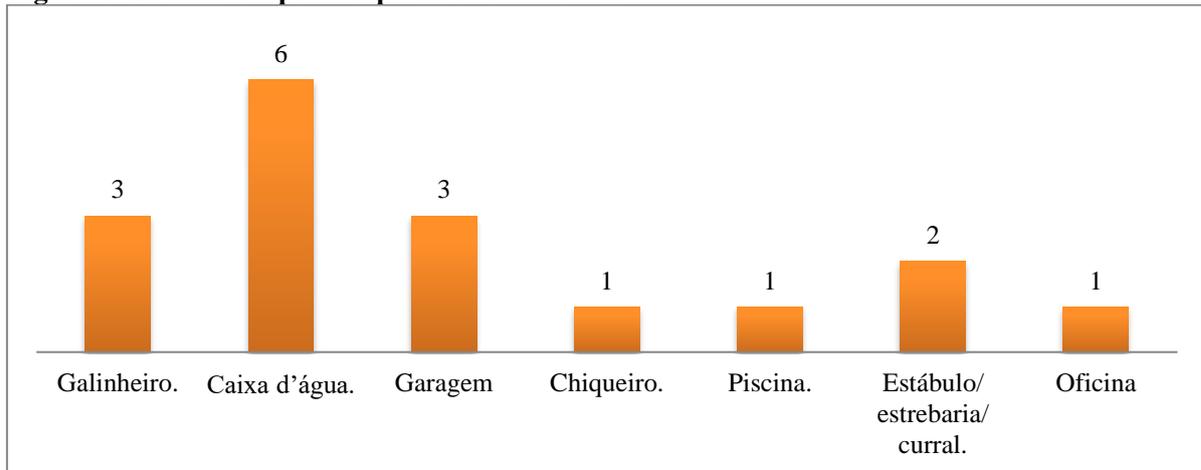


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Outro ponto é a natureza polissêmica do conceito rural no Programa, considerando que na vila o lote tem apenas $\frac{1}{2}$ hectare, o que leva o INCRA não reconhecer e dispor de título de posse do lote, como o certificado de imóvel rural. Dessa forma, surge uma série de discussões sobre a forma de tributação quanto aos imóveis na vila rural (se Imposto Territorial Urbano - IPTU ou Imposto Territorial Rural - ITR) em decorrência da adversidade sobre essa questão que evidencia a necessidade de superação da visão dicotômica de urbano-rural.

De acordo com a Figura 7, constata-se a predominância de 67% dos entrevistados que possuem e fazem uso de caixa de água. Observam-se também as demais benfeitorias feitas, como um total de 33% que ampliaram suas casas com uma garagem ou construíram um galinheiro para a postura de ovos, como também para o consumo, e 22% que construíram também chiqueiros e outros que também providenciaram benfeitorias no lote em que residem.

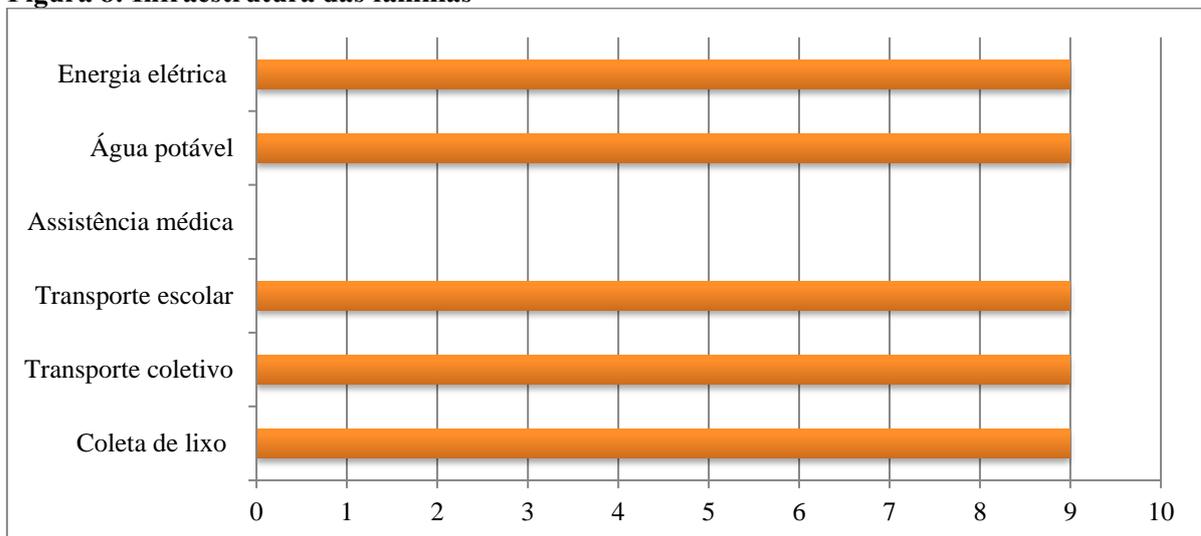
Figura 7: Elementos que compõem os lotes da vila



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ainda sobre a infraestrutura da propriedade, conforme a Figura 8, todos destacaram a destinação do lixo produzido, como também a coleta de materiais recicláveis. Tais fatores como energia elétrica, transporte coletivo e transporte escolar, também foram considerados de acesso aos entrevistados. Em contrapartida, a assistência à saúde foi considerada pelos entrevistados como algo que não possuem acesso na vila rural. Logo, os moradores são encaminhados para os postos de saúde dos bairros mais próximos, que tem aproximadamente mínima de dois quilômetros de distância.

Figura 8: Infraestrutura das famílias



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação à água potável, todas as casas possuem água encanada abastecida por uma rede de captação de poço artesiano, conforme mostra a Figura 9. A distribuição da água até as casas busca atender somente às necessidades das famílias, o que compromete sistemas de irrigação para a produção, conforme ressaltado por um dos entrevistados. Nesse sentido, fica

evidente que a falta de recursos hídricos para a parte produtiva das propriedades é um fator que impede o avanço do desenvolvimento local de atividades que geram renda para as famílias.

Figura 9: Rede de captação de poço artesiano

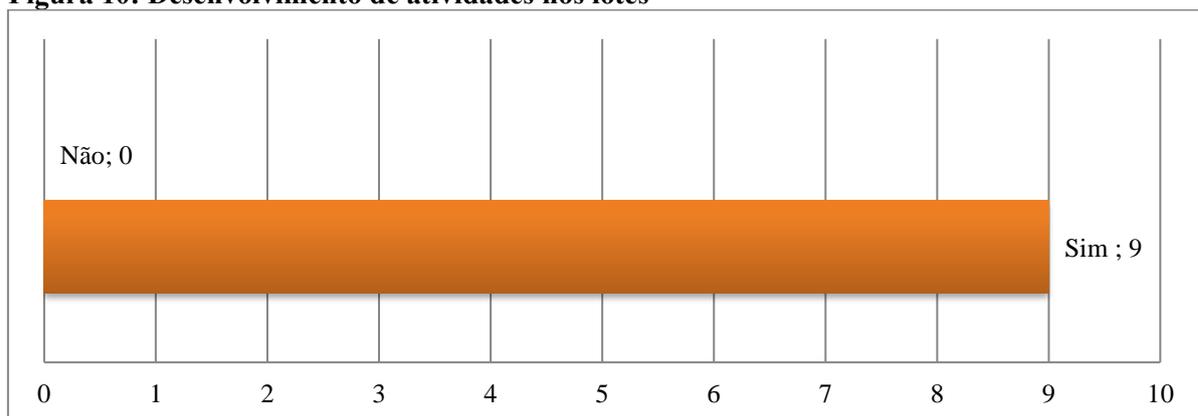


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

4.2 CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No que tange a situação de exploração e produção na Vila constata-se que todos os 9 entrevistados desenvolve alguma atividade ou mantém algum rebanho no lote na vila rural. Nesse sentido, através da Figura 10 observa-se que a produção é destinada a várias condições, como a comercialização e consumo próprio. Apesar disso, sobretudo tornou-se evidente que tal produção ali desenvolvida, não é suficiente para o consumo próprio e, juntamente, geração de renda para o morador.

Figura 10: Desenvolvimento de atividades nos lotes



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observou-se a diversidade de culturas produzidas pelos moradores na Vila Rural, desde o cultivo de hortaliças, verduras, frutas, até mesmo atividades de venda de produtos, serviços prestados e atividades de rebanho.

Em sua maioria, os pequenos produtores desenvolvem atividades com produção de

hortaliças, como a cebolinha, salsinha e almeirão (Tabela 1). Havendo também o cultivo da mandioca, sendo este considerado em fundamental, em termos econômicos, visto que geram sustento para a subsistência das famílias e na comercialização da sua produção.

Tabela 1: Atividades desenvolvidas na vila rural

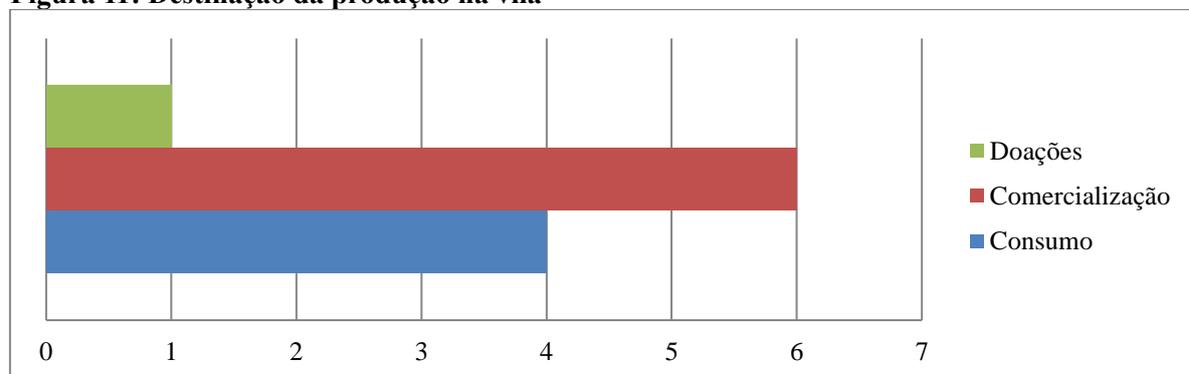
Atividades de produção	Total	Atividades de rebanho	Total
Cheiro verde	6	Criação de bois e cavalos	1
Salsinha	5	Suinocultura	2
Mandioca, amendoim	3	Avicultura (postura de ovos)	1
Almeirão, mamão, batata, couve	2		
Repolho, ora pro nobis, alho, feijão	1		
Hortelã	1		
Café	1		
Milho	1		
Abacate, acerola, banana, graviola	1		
Fruta do conde, poncã	1		
Conservas em geral	1		
Vidraçaria	1		

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Também relatam que se cultivam hortaliças em 67% das propriedades, que em 33% possuem o cultivo de mandioca e amendoim, atividade que bem poderia ocorrer em mais lotes, além da comercialização local de alguns produtos, como o colorau.

A produção da vila rural é destinada de diferentes formas pelos produtores. Conforme apresenta a Figura 11, cerca de 67% dos entrevistados comercializam uma parcela de sua produção, como também destinam para o consumo próprio e doação. Para os que não comercializam seus produtos, foi relatado dificuldades ao se inserir no mercado e na locomoção até os demais bairros da cidade.

Figura 11: Destinação da produção na vila



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A fonte de renda das famílias entrevistadas não é proveniente da vila, mas observa-se que os integrantes trabalham na área urbana e que fazem a comercialização e autoconsumo

dos excedentes da agricultura familiar.

4.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS NA CONDUÇÃO DA PROPRIEDADE

Em meio aos problemas comunitários e dificuldades enfrentadas na condução/manutenção da propriedade e da vila rural, afirmam os moradores a presença de diversos buracos na entrada da vila rural (Figura 12), como também dificuldades no acesso do CEP que possibilita o extravio de correspondências, indeferimento da vigilância sanitária para obtenção de selo para comercialização de produtos, dificuldades no acesso de sistemas de irrigação, como também abandono de animais na vila rural.

Figura 12: Entrada da rua principal da Vila



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Arelada a essas ocorrências, os buracos na entrada da vila rural são relatados como uma dificuldade que percorre a vila neste momento. Observa-se que cerca de um ano atrás, foi disposto de cascalho na rua principal que compõe a Vila pela gestão atual da Prefeitura Municipal de Campo Mourão. Além disso, destaca a situação de abandono de animais, resguardando o zelo e a responsabilidade pelos moradores das propriedades da vila e a falta de patrulhamento, relatado pelos moradores.

Outra dificuldade relatada pelos moradores é devido ao acesso e uso do Código de Endereçamento Postal - CEP ao dispor de algum produto ou serviço. Dessa forma, toda correspondência é recebida e entregue para os demais moradores através da vice-presidente da Associação de Moradores da Vila Rural. Essa condição é devido à característica urbano e rural que integra a vila rural, que considera a vila como CEP rural e único, sem distinção para os lotes que a compõem. Segundo a moradora, tal situação pode gerar situações de conflito sobre possíveis extravios de correspondências pessoais, sendo encaminhado o pedido de disponibilização de CEP para a Rua Bom Pastor na Câmara Municipal em 2017, mas que não houve retorno.

Para os que empreendem exercem suas atividades na condição de MEI –

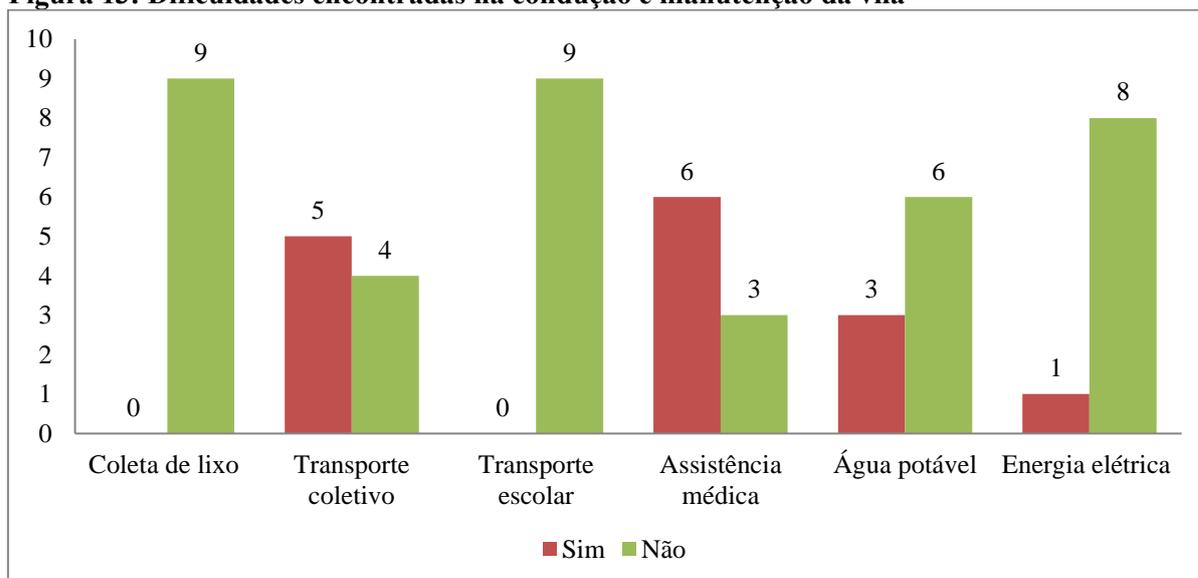
Microempreendedor Individual na vila rural ressaltam a dificuldade de colocar seus produtos no mercado em decorrência do indeferimento sobre a certificação do selo junto à Vigilância Sanitária. De acordo com o roteiro de inspeção da legislação RDC 275 de 21 de outubro de 2002, de âmbito federal, “os acessos às áreas de manipulação de alimentos devem ser diretos, não comuns a outros usos (habitação)”. Nesse sentido, ter uma cozinha para moradia e para empreender parece uma realidade distante, partindo da premissa do entrevistado, que encontra tal barreira para não comercializar seus excedentes por meios formais.

Em virtude disso, constata-se a presença de um barracão comunitário na Vila, sobretudo, um lugar que pode ser destinado a recreação aos moradores, como também um possível meio de adotar medidas que favoreçam a atividade econômica nas propriedades. Por meio de políticas públicas, a vila rural poderia ser favorecida com uma cozinha comunitária adequada aos padrões da vigilância sanitária, que beneficiaria todos os moradores que necessitam de tal espaço para ampliação da renda familiar.

Dificuldades no acesso de sistemas de irrigação, no suporte de agrônomo e médico veterinário são também relatados pelos entrevistados, como também a ausência de creche, que possa acolher as crianças da Vila. Tais fatores influenciam nos meios produtivos que os lotes podem produzir, gerando limitações na geração de renda das famílias.

O abastecimento de energia elétrica é realizado pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), onde não apresentou problemas na execução das tarefas na vila rural pelos moradores, conforme a Figura 13, sendo que o valor cobrado possui uma taxa reduzida para o meio rural. Um dos entrevistados relatou a falta de energia em momentos de manutenção, que implica também na distribuição da água até as casas, devido ao uso de energia elétrica no processo de abastecimento.

Figura 13: Dificuldades encontradas na condução e manutenção da vila



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O abastecimento de água é feito na própria vila rural por meio de poço artesiano. A infraestrutura para condução da água foi feita na época da implantação da vila, e que não apresentou problemas quanto ao seu funcionamento. Todavia, há a cobrança da tarifa comunitária do poço artesiano que é feito a partir da média de moradores, e 33% dos entrevistados afirmaram ter dificuldades devido à inadimplência de alguns moradores no pagamento dessa taxa, que é controlada pelo presidente da vila rural, gerando custos um pouco maiores para os demais moradores.

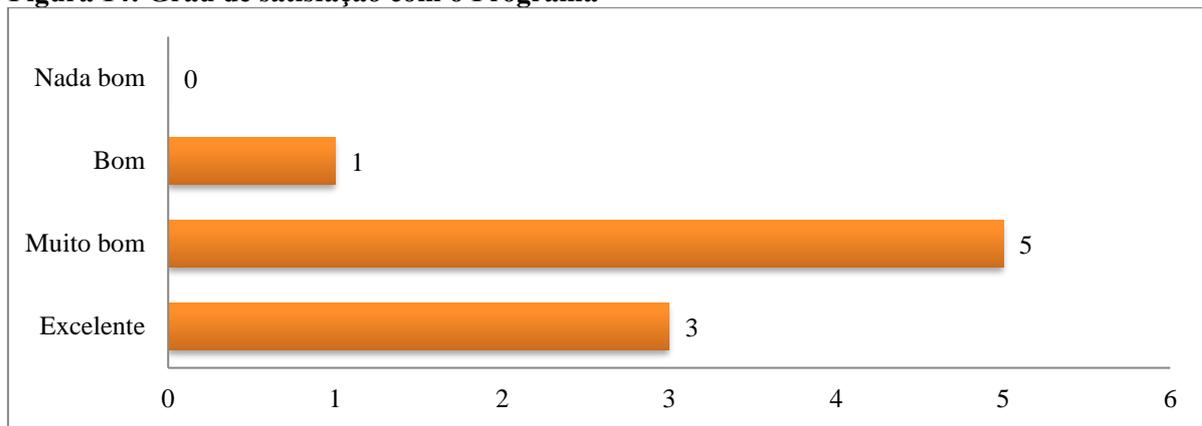
A coleta de lixo e o transporte escolar também estão funcionando de acordo com as necessidades e também é um serviço público que não apresentou problemas na vila rural avaliada, sendo também levado em questão aos moradores à coleta de material reciclável, que ocorre duas vezes toda semana.

De acordo com 55% dos entrevistados, existem barreiras no acesso do transporte coletivo para os moradores da vila. Essa condição é devido à política de horários reduzidos no transporte coletivo em virtude da pandemia de Covid-19, que passam exclusivamente em horários de início e término de trabalho (7h, 11h:30min, 19h). Tal condição também implica no acesso de assistência médica, considerando a necessidade de locomoção de aproximadamente 2 km, a partir da Rodovia PR 558.

Nesse sentido, 67% dos entrevistados relatam programas municipais que encaminharam equipe médica até os moradores da vila há alguns anos atrás, a fim de atender a necessidade das pessoas idosas que necessitam frequentemente de receitas médicas e também consultas, mas que foi interrompido em seu momento atual.

De acordo com os entrevistados, destaca-se também a falta de policiamento na vizinhança e a falta de suporte de agrônomo e médico veterinário. Tais questões visam à condução dos lotes, assegurando proteção e segurança aos residentes, como também condições melhores nas atividades de produção e de rebanho, tendo um suporte técnico. Em vista disso, nenhum entrevistado relatou possuir acompanhamento, assistência técnica, assistência social ou monitoria de alguma entidade ou órgão público.

Figura 14: Grau de satisfação com o Programa



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto à satisfação dos moradores na Vila Rural, 33% responderam estarem satisfeitos com o Programa, pois todas as famílias concordam que possuem uma boa qualidade de vida. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos moradores, outros 55% relataram que o nível de satisfação é muito bom na condução e manutenção na vila, conforme mostra a Figura 14.

5 CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo permitiram evidenciar que os trabalhadores rurais continuam a exercer sua atividade no campo como forma de agricultura de subsistência. Constatou-se que recorrer a outros meios de renda é uma necessidade dos vileiros, diante da modernização da agricultura e seus impactos socioeconômicos no cenário agrário paranaense. Por isso, há desenvolvimento de pluriatividades pelos vileiros, que desempenham funções fora da vila rural e também comercializam produtos e serviços provenientes do lote para auferir renda.

Nessa relação de atividades produtivas da vila, foi verificado que não recebem

acompanhamento e assistência técnica de entidades ou órgãos públicos, havendo falta de suporte de profissionais agrônomos e veterinários. Ficaram evidenciadas também as dificuldades no acesso a sistemas de irrigação, frente ao uso de água apenas para as necessidades básicas dos moradores com o abastecimento por poço artesiano.

Tendo sido constatado total desamparo do poder público, conclui-se que há urgência e necessidade do direcionamento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento social, econômico e cultural das famílias presentes na vila rural Flor do Campo, em Campo Mourão-PR.

Além dos recursos necessários no atendimento básico dos vileiros, há urgência da interferência do poder público em relação ao comércio dos lotes existentes na vila, com finalidade de regularização da titularidade dos lotes, bem como, interrupção do comércio à famílias que não possuem os requisitos para serem beneficiários do local.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. V. **Vilas Rurais na Microrregião geográfica de Campo Mourão**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós graduação em Geografia. 2005.

ANDRADE, A. A. V.; SERRA, E. Territorialidades e territorialização das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão. *In: ROMPATTO, M.; CRESTANI, L. A. Territorialidades camponesas no noroeste do Paraná*. Cascavel: FAG, 2021. p. 47-60.

ASARI, A. Y.; PONTE, K. F. da. Programa Vilas Rurais: retorno do trabalhador rural ao campo? **Revista Geografia**, Londrina, v. 10 jul/dez de 2001.

BANA, Luzia **Vilas Rurais No Processo De Transformação Do Espaço Rural No Município De Paranavaí**. Presidente Prudente: Dissertação (Pós-graduação em Geografia). Universidade Estadual Paulista – UNESP. 2001.

ESSER, J. V.; WADI, Y.M.; STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.de. **As Vilas Rurais na Região Oeste do Estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, n. 110, p. 91–112, 2006. Disponível em: < <https://ageconsearch.umn.edu/record/148228/>> Acesso em: ago. 2021.

GUILHERME, C. A. Perfil socioagrário das Vilas Rurais da região de Maringá/PR. *In:* ROMPATTO, M.; CRESTANI, L. A. **Territorialidades camponesas no noroeste do Paraná**. Cascavel: FAG, 2021. p. 39-46.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Avaliação da Atividade Vilas Rurais – Síntese Estadual e Macrorregional**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2000.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Desenvolvimento local e estratégias familiares em vilas rurais selecionadas: resultados da pesquisa de campo: relatório final**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2005.

SILVA, J. R. **Análise da gestão da solução coletiva de abastecimento de água das vilas rurais de Quinta do Sol, Paraná**. Campo Mourão: Dissertação (Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. 2022.

ZAFALON, R. **Desenvolvimento rural e o Programa Vilas Rurais: estudo de caso da Vila Rural Povo Irmão em Japira/PR**. Curitiba: Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná – UFPR. 2013.